

AVISO DE PRIVACIDADE

ATOM EDUCAÇÃO E EDITORA S.A.

Versão 1.0. Publicado em julho de 2026.

1. OBJETIVO

Este Aviso de Privacidade ("Aviso") descreve como a **ATOM EDUCAÇÃO E EDITORA S.A.**, sociedade anônima inscrita no CNPJ sob o n. 23.994.857/0001-70, com sede em Sorocaba, Estado de São Paulo ("**Companhia**"), trata dados pessoais no âmbito de suas atividades de relações com investidores, inclusive por meio do site ri.atomeducacional.com.br ("Site de RI"), em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei n. 13.709/2018, "LGPD"), com a Lei n. 6.404/1976 ("Lei das Sociedades por Ações") e com a regulamentação da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e da Autoridade Nacional de Proteção de Dados ("ANPD").

O Site de RI tem finalidade exclusivamente informacional e regulatória. Por meio dele **não são realizadas vendas de produtos ou serviços, não há coleta de dados para fins comerciais e não é feito e-mail marketing.**

Este Aviso é independente da Política de Privacidade do site institucional da Companhia (atomeducacional.com.br), que rege as atividades educacionais e comerciais.

2. A QUEM ESTE AVISO SE APLICA

Este Aviso aplica-se ao tratamento de dados pessoais das seguintes categorias de titulares:

- 2.1. Acionistas da Companhia, seus representantes e procuradores;
- 2.2. Investidores e potenciais investidores;
- 2.3. Analistas de mercado, agências de classificação e profissionais de instituições financeiras;
- 2.4. Jornalistas e profissionais de imprensa;
- 2.5. Participantes de assembleias, reuniões públicas, teleconferências de resultados e eventos de RI;
- 2.6. Pessoas que se inscrevem voluntariamente no *mailing* de RI para receber comunicados da Companhia;
- 2.7. Visitantes do Site de RI.

3. DADOS PESSOAIS TRATADOS

Contexto	Dados pessoais tratados
Base acionária e escrituração	Nome, CPF/CNPJ, quantidade e espécie de ações, endereço e demais dados constantes dos registros de ações escriturais mantidos pela instituição escrituradora contratada
Assembleias e votos	Nome, CPF, documentos de identificação e de representação, boletins de voto a distância, procurações, registros de presença e, quando digitais, gravações da assembleia
Mailing e contatos de RI	Nome, e-mail, telefone, empresa e cargo, fornecidos voluntariamente pelo titular
Eventos e teleconferências	Nome, e-mail, empresa, cargo e registros de participação
Navegação no Site de RI	Endereço IP, data e hora de acesso, navegador e páginas visitadas, conforme o Aviso de Cookies do Site de RI

4. FINALIDADES E BASES LEGAIS

O tratamento de dados pessoais nas atividades de RI da Companhia ampara-se, predominantemente, no cumprimento de obrigações legais e regulatórias, e não no consentimento, conforme o quadro a seguir:

Finalidade	Base legal (LGPD)
Manutenção dos registros de acionistas e escrituração das ações	Cumprimento de obrigação legal ou regulatória (art. 7º, II), nos termos dos arts. 100 e seguintes da Lei n. 6.404/1976
Convocação, realização e registro de assembleias, inclusive voto a distância	Cumprimento de obrigação legal ou regulatória (art. 7º, II), nos termos da Lei n. 6.404/1976 e da Resolução CVM n. 81/2022
Divulgação de informações periódicas e eventuais ao mercado e à CVM	Cumprimento de obrigação legal ou regulatória (art. 7º, II), nos termos das Resoluções CVM n. 44/2021 e n. 80/2022
Pagamento de dividendos e outros proventos	Cumprimento de obrigação legal ou regulatória (art. 7º, II) e execução de contrato (art. 7º, V)
Atendimento a pedidos de certidões e de lista de acionistas	Cumprimento de obrigação legal ou regulatória (art. 7º, II), nos termos do art. 100, § 1º, da Lei n. 6.404/1976, conforme a Seção 5 deste Aviso
Envio de comunicados de RI aos inscritos no mailing	Consentimento (art. 7º, I), revogável a qualquer tempo por link de descadastramento presente em todas as mensagens

Comunicação institucional com analistas, imprensa e mercado	Legítimo interesse (art. 7º, IX), limitado a contatos profissionais e a conteúdo estritamente institucional
Segurança do Site de RI e prevenção a fraudes	Legítimo interesse (art. 7º, IX)
Defesa de direitos em processos judiciais, administrativos ou arbitrais	Exercício regular de direitos (art. 7º, VI)

5. FORNECIMENTO DE CERTIDÕES E DA LISTA DE ACIONISTAS (ART. 100, § 1º, DA LEI N. 6.404/1976)

A Lei das Sociedades por Ações impõe à Companhia o dever de fornecer, a qualquer pessoa, certidões dos assentamentos de seus livros sociais, desde que atendidos os requisitos legais:

"§ 1º A qualquer pessoa, desde que se destinem a defesa de direitos e esclarecimento de situações de interesse pessoal ou dos acionistas ou do mercado de valores mobiliários, serão dadas certidões dos assentamentos constantes dos livros mencionados nos incisos I a III, e por elas a companhia poderá cobrar o custo do serviço, cabendo, do indeferimento do pedido por parte da companhia, recurso à Comissão de Valores Mobiliários." (Lei n. 6.404/1976, art. 100, § 1º, com a redação dada pela Lei n. 9.457/1997)

Em razão desse dever legal, o titular acionista fica ciente de que seus dados constantes dos livros e registros sociais (como nome, qualificação e posição acionária) **poderão ser fornecidos a terceiros solicitantes que atendam aos requisitos do art. 100, § 1º, da Lei n. 6.404/1976, independentemente de consentimento**, por se tratar de tratamento fundado em obrigação legal (art. 7º, II, da LGPD). O mesmo se aplica aos pedidos de relação de endereços de acionistas para fins de pedido público de procuração, nos termos do art. 126, § 3º, da Lei n. 6.404/1976.

No atendimento a esses pedidos, a Companhia observa o seguinte procedimento:

5.1. O pedido deve ser formalizado por escrito ao Departamento de Relações com Investidores, com a identificação e qualificação completa do solicitante e a exposição da finalidade, demonstrando que o pedido se destina a defesa de direitos ou ao esclarecimento de situações de interesse pessoal, dos acionistas ou do mercado de valores mobiliários;

5.2. A Companhia analisará a presença dos requisitos legais em prazo razoável, sendo-lhe vedado criar exigências não previstas em lei; do indeferimento cabe recurso do solicitante à CVM;

5.3. O fornecimento será limitado aos dados estritamente necessários à finalidade declarada (princípio da necessidade, art. 6º, III, da LGPD), podendo a Companhia cobrar o custo do serviço;

5.4. O solicitante que receber os dados torna-se controlador autônomo dessas informações perante a LGPD, respondendo integralmente pelo uso que delas fizer, o qual deve se restringir à finalidade declarada no pedido, sendo vedada a utilização para fins comerciais, publicitários ou estranhos à finalidade legal;

5.5. Todos os pedidos e fornecimentos são registrados pela Companhia para fins de responsabilização e prestação de contas (art. 6º, X, da LGPD).

6. TRATAMENTO DE DADOS EM ASSEMBLEIAS

Na convocação, instalação e registro de assembleias gerais, a Companhia trata dados de acionistas e representantes constantes de documentos de identificação, procurações, boletins de voto a distância e listas de presença, na forma da Lei n. 6.404/1976 e da Resolução CVM n. 81/2022. Assembleias digitais ou híbridas poderão ser gravadas, conforme exigido pela regulamentação, com informação prévia aos participantes. Os mapas de votação e demais documentos serão divulgados na forma e nos limites exigidos pela regulamentação da CVM.

7. COMPARTILHAMENTO DE DADOS

A Companhia não vende nem cede dados pessoais para fins comerciais. No âmbito das atividades de RI, os dados poderão ser compartilhados com:

7.1. A instituição financeira escrituradora das ações e a B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, para fins de escrituração, custódia e liquidação;

7.2. A CVM e demais autoridades públicas, em cumprimento de obrigações legais e regulatórias;

7.3. Prestadores de serviços que operam o Site de RI, plataformas de assembleias digitais, auditores independentes e assessores jurídicos e financeiros, mediante obrigações contratuais de confidencialidade e conformidade com a LGPD;

7.4. Terceiros solicitantes de certidões e listas de acionistas, exclusivamente nas hipóteses e na forma da Seção 5.

8. TRANSFERÊNCIA INTERNACIONAL

Caso prestadores de serviços da Companhia armazenem dados em servidores no exterior, a transferência observará os arts. 33 a 36 da LGPD e a Resolução CD/ANPD n. 19/2024, mediante decisão de adequação reconhecida pela ANPD, cláusulas-padrão contratuais ou outra salvaguarda admitida pela regulamentação.

9. RETENÇÃO DOS DADOS

Os dados vinculados a livros e registros societários, assembleias e documentos regulatórios são conservados pelos prazos exigidos pela Lei n. 6.404/1976, pela regulamentação da CVM e pelos prazos prescricionais aplicáveis, dada a sua natureza de registro legal permanente da vida societária. Os dados do mailing de RI são mantidos até a revogação do consentimento. Os registros de navegação são mantidos pelo prazo mínimo de 6 meses, nos termos do art. 15 do Marco Civil da Internet.

10. SEGURANÇA E INCIDENTES

A Companhia adota medidas técnicas e administrativas de segurança compatíveis com a natureza dos dados tratados. Incidentes de segurança com risco ou dano relevante aos titulares serão comunicados à ANPD e aos titulares afetados, nos termos do art. 48 da LGPD e da Resolução CD/ANPD n. 15/2024.

11. DIREITOS DOS TITULARES

O titular pode exercer, a qualquer tempo, os direitos previstos no art. 18 da LGPD, entre eles confirmação do tratamento, acesso, correção, anonimização, portabilidade, eliminação, informação sobre compartilhamentos, revogação do consentimento e revisão de decisões automatizadas. O atendimento observará os limites decorrentes das obrigações legais e regulatórias da Companhia: dados exigidos por lei societária e regulamentação da CVM não podem ser eliminados enquanto perdurar o dever legal de conservação (art. 16, I, da LGPD).

12. ENCARREGADO PELO TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS (DPO)

Nos termos do art. 41 da LGPD e da Resolução CD/ANPD n. 18/2024, o canal da Companhia para assuntos de privacidade e proteção de dados é: juridico@atompar.com.br

Assuntos de relações com investidores devem ser dirigidos ao Departamento de RI, pelo canal indicado no Site de RI: ri@atomeducacional.com.br

13. COOKIES

O Site de RI utiliza apenas cookies necessários ao seu funcionamento e cookies analíticos, na forma do Aviso de Cookies do Site de RI, não havendo cookies de publicidade ou marketing.

14. ATUALIZAÇÕES

Este Aviso poderá ser atualizado a qualquer tempo para refletir alterações legislativas, regulatórias ou operacionais. A versão vigente, com a respectiva data, estará sempre disponível no Site de RI.

15. LEI APLICÁVEL

Este Aviso é regido pelas leis da República Federativa do Brasil, em especial pela LGPD, pela Lei n. 6.404/1976 e pela regulamentação da CVM e da ANPD.